



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 19/08/24

pp. Marcelle Lima
Conselheira de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissão Técnica
Secretaria Legislativa - CCL

Ao Deputado Francisco

Lima
para relatar.

Em 16/08/24

[Assinatura]
Presidente da Comissão de Constituição
e Justiça

**ALEPI**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

Gabinete do Deputado Estadual Francisco Limma

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 164 DE 2024.****PROCESSO (PROTOCOLO) AL Nº 36720/2024****RELATOR: DEPUTADO FRANCISCO LIMMA****AUTOR: DEPUTADO B.SÁ****I – RELATÓRIO E VOTO.**

Foi enviado para a relatoria deste Deputado, o projeto de lei ordinária nº 164 de 12 de agosto de 2024, de autoria do Senhor Deputado B.SÁ que tem a seguinte ementa: **“Reconhece a utilidade pública da Associação de Desenvolvimento Comunitário Construindo Alianças.”.**

A presente Associação foi fundada 1999 e é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos. Tem por finalidade atuar junto às famílias, crianças e adolescentes do Bairro Parque da Exposição oferecendo atividades como artesanato, informática básica, dança, violão, reforço escolar, teatro, flauta doce, futsal e leitura.

Objetiva promover o desenvolvimento do cidadão, mediante convívio social, educativo e econômico, através do desenvolvimento de ações culturais, educativas e assistenciais.

Analisando, inicialmente, a competência e legitimidade para propor o presente projeto de lei, vê-se que está em consonância com o artigo 75, da Constituição Estadual que prevê a competência de Membro da Assembleia Legislativa a iniciativa para a proposição.

A referida Associação está apta a receber o título de utilidade pública por preencher os requisitos do Artigo 2º da Lei nº 5447/2005, conforme a documentação exigida e trazida aos autos em anexo.

Observa-se também que a proposição de lei ordinária não encontra quaisquer óbices constitucionais. No que toca as disposições regimentais, observa-se que o projeto de



ALEPI

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

Gabinete do Deputado Estadual **Francisco Limma**

lei cumpre os ditames dos artigos 105, I e 106 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, observado em todos os seus termos.

Ante o exposto, entendendo que não há impedimento quanto à sua legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, minha manifestação é favorável à constitucionalidade do referido projeto.

II – DO PARECER DA COMISSÃO.

A Comissão de Constituição e Justiça, após a discussão e votação da matéria, delibera;

(X) Pelo acatamento do voto do relator () Pela rejeição do voto do relator,

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, em Teresina, 10 de setembro de 2024.

Dep. Francisco Limma/PT

Relator

